



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 13 E 14 DE AGOSTO DE 2020.

Nos dias 13 e 14 de agosto de 2020, na plataforma Google Meet, foi realizada a 6ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros e participantes a seguir. Dia 13 de agosto: Ailton Benedito de Souza (MPF/PFDC), Camila Lissa Assano (CONNECTAS BRASIL), Cristina de Castro (FNDC), Daniel Daher (DPF), Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM), Everaldo Bezerra Patriota (OAB), Fabiano Contarato (Senado), Herbert Borges Paes de Barros (MMFDH), Ismael José César (CUT), Marcelo Araújo (MRE), Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB), Leonardo Penafiel Pinho (UNISOL- BRASIL), Lívia Ferreira da Silva (UNALGBT), Luísa de Marillac Xavier dos Passos (CNPGE), Marcelo Kimati Dias (ABRASME), Maria Ribeiro da Conceição (ANCED), Natalia Camba Martins (MJSP), Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira (DPU), Rogério Giannini (CFP) e Sandra Carvalho (DHESCA BRASIL). Participante: Diva Soares Santana. Dia 14 de agosto: Ailton Benedito de Souza (MPF/PFDC), Camila Lissa Assano (CONNECTAS BRASIL), Cristina de Castro (FNDC), Daniel Daher (DPF), Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM), Everaldo Bezerra Patriota (OAB), Fabiano Contarato (Senado), Herbert Borges Paes de Barros (MMFDH), Ismael José César (CUT), Marcelo Araújo (MRE), Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB), Leonardo Penafiel Pinho (UNISOL- BRASIL), Lívia Ferreira da Silva (UNALGBT), Luísa de Marillac Xavier dos Passos (CNPGE), Maria Ribeiro da Conceição (ANCED), Natalia Camba Martins (MJSP), Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira (DPU), Rogério Giannini (CFP) e Sandra Carvalho (DHESCA BRASIL). Participante: Paulo Teixeira de Sousa

Oliveira. O presidente do CNDH, Renan Sotto, fez a abertura da Reunião e em seguida foram feitos os informes. O conselheiro Everaldo Patriota falou sobre a importância de ser cumprido o prazo regimental de envio dos documentos da reunião, o presidente reafirmou e em seguida o coordenador, Davi Calazans falou a respeito e informou que a equipe do CNDH recebeu nesta semana três novas servidoras. O presidente sugeriu a pactuação de que se os documentos não forem enviados no prazo regimental não haverá a Reunião Extraordinária na data anteriormente prevista, tendo em vista que esta seria inviabilizada. O conselheiro Herbert falou sobre a atuação do coordenador junto à Secretaria de Proteção Global em busca de novas servidoras e de realizar um trabalho de excelência. A conselheira Luísa de Marillac falou sobre a importância de que os e-mails de convocação das Reuniões Extraordinárias do CNDH sejam enviados com antecedência para que cada conselheira e conselheiro consiga se organizar nos respectivos órgãos. A conselheira Cristina Castro registrou que a história do CNDH é marcada pela exoneração da coordenadora-geral Caroline Reis e isso repercute nas situações presenciadas hoje. O ponto de pauta seguinte foi comemoração do Dia Nacional dos Direitos Humanos que teve como convidada a ativista dos direitos humanos senhora Diva Soares Santana, uma das pessoas com vínculo familiar com desaparecidos políticos e membro titular da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei 9140/1995). Este ponto foi apresentado pela conselheira Eneida Santos, que contou que o convite à Diva foi pautado na 13ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo, do CNDH. A conselheira contextualizou o contexto do convite. A convidada, Diva Santana, agradeceu o convite, falou sobre a importância dos povos residentes em áreas rurais devem também saber sobre seus direitos. Fez a denúncia de que estava há poucos dias em uma reunião e esta foi invadida por hackers e estes agrediram verbalmente as e os participantes da reunião. Falou sobre a importância de existir delegacias especializadas em crimes cibernéticos. Contou sobre a história de Alexina Lins Crêspo de Paula e ressaltou a importância de contarmos a história brasileira. Falou sobre a atuação e história da Comissão de Anistia e da Comissão

Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei 9140/1995) e sua atuação na Comissão, tratou também sobre a história dos mortos e desaparecidos políticos, e como estas pessoas e ações não podem ser esquecidas. A convidada falou ainda contextualizou a situação desmonte que está ocorrendo na Comissão de Anistia e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Político, e que processos deferidos e encaminhados estão sendo indeferidos. A conselheira Eneida sugeriu o encaminhamento que as questões apontadas pela convidada sejam tratadas na próxima reunião da Mesa Diretora do CNDH, o que foi acolhido pelo presidente.

O ponto de pauta apresentado pelo presidente foi o Calendário do segundo semestre de 2020, este leu as datas e seguiu para a votação. Votaram favoravelmente: Ailton Benedito de Souza (MPF/PFDC), Camila Lissa Assano (CONNECTAS BRASIL), Cristina de Castro (FNDC), Daniel Daher (DPF), Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM), Everaldo Bezerra Patriota (OAB), Fabiano Contarato (Senado), Herbert Borges Paes de Barros (MMFDH), Ismael José César (CUT), Marcelo Araújo (MRE), Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB), Luísa de Marillac Xavier dos Passos (CNPGE), Natalia Camba Martins (MJSP), Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira, Rogério Giannini (CFP) e Sandra Carvalho (DHESCA BRASIL). Ausentes na votação: Leonardo Penafiel Pinho (UNISOL- BRASIL), Lívia Ferreira da Silva (UNALGBT) e Maria Ribeiro (ABRASME). A Diva Santana se despediu da reunião. O novo calendário foi aprovado. A conselheira Luísa de Marillac expressou que há uma pessoa no Facebook do CNDH informando que não está conseguindo acessar a reunião, o presidente expressou que a de hoje não está sendo transmitida pelo Facebook por uma falta de acordância com o CFP, o conselheiro Rogério Giannini explicou que não houve disponibilidade de servidores do CPF, a Luísa falou que a disponibilização pública da reunião é indispensável e poderia ser feita pela própria Secretaria Executiva do CNDH. O ponto seguinte foi a respeito do Processo eleitoral das organizações da sociedade civil para composição do CNDH, para o biênio 2020-2022. Em seguida foi apresentado o Relatório e Propostas sobre Deslocamentos Compulsórios, pela conselheira Eneida Santos, que contou sobre o contexto desse trabalho, que ela já participou de diversas reuniões, e que a temática vem sendo debatida desde a 55ª Reunião Ordinária do CNDH e que foi pautada novamente na última reunião da Mesa Diretora do CNDH. A conselheira

contou que a intenção é serem formuladas recomendações do CNDH. O presidente colocou em votação a Designação da Conselheira Eneida como relatora do CNDH na Frente de Deslocamentos Compulsórios. Votaram pela aprovação: Ailton Benedito de Souza (MPF/PFDC), Camila Lissa Assano (CONNECTAS BRASIL), Cristina de Castro (FNDC), Daniel Daher (DPF), Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM), Everaldo Bezerra Patriota (OAB), Fabiano Contarato (Senado), Herbert Borges Paes de Barros (MMFDH), Ismael José César (CUT), Marcelo Araújo (MRE), Leonardo Penafiel Pinho (UNISOL- BRASIL), Luísa de Marillac Xavier dos Passos (CNPQ), Natalia Camba Martins (MJSP), Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira (DPU), Rogério Giannini (CFP) e Sandra Carvalho (DHESCA BRASIL). Se absteve: Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB). O ponto seguinte foi apresentado pela conselheira Luísa de Marillac a respeito do Processo eleitoral das organizações da sociedade civil para composição do CNDH, biênio 2020-2022. A conselheira informou sobre o andamento do trabalho, que se aprovado o Edital será aprovado no dia 18 de agosto 2020 e que está havendo o processo por parte do Ministério da escolha em qual página será feito o acompanhamento do processo e a que a ideia é fazer uma parceirinha com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para utilizar o sistema de votação utilizado, e informou que o processo é enviar um ofício para o diretor geral o Ministério solicitando a utilização do sistema e apoio técnico do MPDFT. Informou que a votação acontecerá de 9h às 15h, que será iniciado e encerrado pela Comissão Eleitoral que informará o resultado e das 15h às 18h no chat será o período de pedidos de recursos. Estes recursos serão analisados e informarão o resultado dos recursos no dia 23 de novembro e o resultado final no dia 24 de novembro. O coordenador informou que quanto à parte técnica, o Ministério tem uma aba no site sobre as eleições e que foi solicitado que a divulgação esteja na parte principal do site e a sugestão da TI foi que o sistema de cadastro das inscrições aconteçam no SUAS. O conselheiro Everaldo Patriota informou que de acordo com edital as inscrições serão feitas por e-mail. A conselheira contou que em de acordo com o edital em caso de empate vencerá a organização mais antiga. A conselheira Luísa de Marillac fez a leitura do que se refere ao Encontro nacional, do EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01, DE 14 DE AGOSTO DE 2020. O conselheiro Herbert Borges pautou que estava escrito no

edital que o resultado eleitoral seria apresentado em Reunião Extraordinária e após debates ficou acordado a edição no texto expressando que o resultado será encaminhado via ofício ao presidente do CNDH. O presidente colocou em regime de votação a aprovação do Edital. Votaram pela aprovação: Ailton Benedito de Souza (MPF/PFDC), Camila Lissa Assano (CONNECTAS BRASIL), Cristina de Castro (FNDC), Daniel Daher (DPF), Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM), Everaldo Bezerra Patriota (OAB), Herbert Borges Paes de Barros (MMFDH), Ismael José César (CUT), Marcelo Araújo (MRE), Leonardo Penafiel Pinho (UNISOL-BRASIL), Luísa de Marillac Xavier dos Passos (CNPQ), Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB), Natalia Camba Martins (MJSP), Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira (DPU), Rogério Giannini (CFP) e Sandra Carvalho (DHESCA BRASIL). Ausente na votação: Fabiano Contarato (Senado). O conselheiro Ismael sugeriu uma substituição Nota sobre a regulação dos trabalhadoras/es dos aplicativos por uma Nota contra norma da CGU que prevê vigilância a servidores/as nas redes sociais. Informou que em diálogo com a organização sindical desses trabalhadores, que estes ainda estão articulando as suas pautas e por isso pediram que o CNDH ainda não atuasse. O conselheiro fez a leitura da proposta de Nota contra norma da CGU que prevê vigilância a servidores/as nas redes sociais. O conselheiro Everaldo Patriota falou sobre importância da defesa liberdade de expressão. O conselheiro Herbert Borges enviou um link da Nota Técnica de esclarecimento da CGU. A conselheiro Luísa de Marillac fez uma sugestão de edição da escrita no último parágrafo da mudança do termo “escalabro” para “ações oficiais de setores da Administração Pública que representam retrocessos do ponto de vista da efetivação dos Direitos Humanos” , o que foi acordado pelo pleno. O presidente. Renan Sotto colocou em processo de votação a Nota contra norma da CGU que prevê vigilância a servidores/as nas redes sociais. Votaram favorávelmete: Camila Lissa Assano (CONNECTAS BRASIL), Cristina de Castro (FNDC), Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM), Everaldo Bezerra Patriota (OAB), Fabiano Contarato (Senado), Ismael José César (CUT), Leonardo Penafiel Pinho (UNISOL- BRASIL), Luísa de Marillac Xavier dos Passos (CNPQ), Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB), Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira (DPU), Rogério Giannini (CFP) e Sandra Carvalho (DHESCA BRASIL). Votaram pela abstenção: Ailton Benedito de Souza

(MPF/PFDC), Daniel Daher (DPF), Herbert Borges Paes de Barros (MMFDH), Marcelo Araújo (MRE) e Natalia Camba Martins (MJSP). O ponto de pauta seguinte foi a respeito dos PRODOCS. O coordenador, Davi Calazans, informou que a Secretaria Executiva do CNDH fez uma mini-cartilha explicando o funcionamento do PRODOCS e esta foi encaminhada às Comissões e que está aguardando as devolutivas. O presidente, Renan Sotto, informou a necessidade de que este documento seja enviado para todas e todos conselheiros. O conselheiro Leandro Scalabrin lembrou o pleno de que o tema dos PRODOCS já foi aprovado pelo pleno e que ele sugeriu na Reunião da Mesa Diretora o encaminhamento de que o Davi Calazans participasse das reuniões das Comissões para anotar quais são os encaminhamentos de cada uma para a aplicação do Prodoc e que na Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários o tema foi debatido e o encaminhamento que seja contratada uma consultoria para apresentação de três pareceres de estudo técnico como estão o processo de demarcação. O conselheiro Herbert Borges explicou que o momento é de serem escolhidos quais os grandes temas a serem abordados. Fez a sugestão de que o CNDH escolha uma ou duas Agências e entre em contato (o CNDH já trabalhou com PNUD, UNESCO e OEI) e recorra aos préstimos e solicite apoio na estruturação e para ser aprovado o CNDH deve agir até Setembro, a ser construído em conjunto. O presidente chamou o próximo ponto de pauta que seria o relato da “Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade” mas o coordenador da comissão, Conselheiro Everaldo Patriota, solicitou que a questão fosse debatida no segundo dia da Reunião. O tema seguinte foram as Denúncias. O presidente fez a leitura de cada uma, sobre a segunda e terceira denúncias, de acordo com o documento disponibilizado, afirmaram a necessidade de solicitação de mais informações e estes foram os encaminhamentos adicionais. O conselheiro Herbert Borges, falou sobre a situação de violência que estão acontecendo no sul do estado do Amazonas, onde ocorreu o assassinato de dois policiais e alguns indígenas, disse que há relatos de crime organizado e tráfico de drogas na região. Afirmou que ao receber essas informações por meio do

conselheiro Leandro Scalabrin, que entrou em contato com a Secretaria de Igualdade Racial que buscaram informações adicionais e o MPF. O Ministério Público afirmou que a situação está muito grave e solicitou que seja realizada uma Missão do CNDH à região. Sugeriu que os e as demais conselheiras buscassem mais informações, principalmente o conselheiro delegado Daniel Daher que poderia informar quais ações a Polícia Federal vem tomando e disse que o MMFDH se dispõe a participar. O conselheiro Leandro Scalabrin falou que não tem objeção sobre a participação do Ministério na Missão, que seria importante também participação de representantes da sociedade civil e solicitou que o Ministério da Justiça reflita a respeito da importância da Missão uma vez que esta não está cumprindo os prazos regimentais. O Everaldo Patriota informou que é de costume do Conselho, o que é possível ser verificado em atas anteriores, que em caso urgentes as Missões sempre foram aprovadas, também de forma Ad Referendum. O presidente, Renan Sotto, encerrou o primeiro dia da 6ª Reunião Extraordinária do CNDH. O presidente, Renan Sotto, fez a abertura do 2º dia de Reunião Extraordinária. O conselheiro Herbert informou que enviou documentos sobre a situação de Nova Olinda do Norte, AM e informou a presença do delegado da Polícia Federal, Paulo Teixeira de Sousa Oliveira. O presidente solicitou ao Marcos Paulo, responsável pela transmissão online, que não transmitisse enquanto estiverem tratando sobre esta denúncia, o que foi acordado pelo pleno. O conselheiro Herbert leu o documento enviado pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas ao CNDH. O conselheiro Daniel Daher saudou o pleno e disse que a Polícia Federal já acompanhando o caso. O delegado Paulo Teixeira informou que está lotado no serviço de Repressão a crime contra comunidades indígenas, informou que houve uma ação imediata da Polícia Federal e que na segunda desta semana uma equipe do Comando Operacional Tático e Polícias Federais do Amazonas foram à região. Disse que na data de hoje a Força Nacional a pedido do encaminhou 28 polícias para a região e a informação que podem passar é que estão é processo investigativo. O conselheiro Everaldo Patriota falou que a atuação a Política Militar e a Força Nacional simboliza uma força de tensão na região e destaca a importância da Política Federal na região. O delegado Paulo Teixeira informou que as e os policiais foram com a instrução de que evitar conflito e

coibir qualquer ação e conduta abusiva por qualquer ente estatal. O conselheiro Daniel Daher informou que a ida da Força Nacional está respaldada na Portaria nº 458/2020 do Ministério da Justiça publicado no Diário Oficial no dia de hoje. O conselheiro Herbert Borges disse que de acordo com a solicitação do Conselho Nacional das Populações Extrativistas seria interessante a realização da Missão, se dispôs a integrar, disse que seria interessante a participação de algum conselheiro da área do direito e algum parlamentar. A conselheira Sandra disse que a Comissão Permanente de Defensores de Direitos Humanos e enfrentamento à criminalização, está com a Dr Luana atuando no estado do Amazonas e disse que poderia verificar se ela poderia atuar pela comissão. O conselheiro Fabiano Contarato disse que é delegado há 27 anos e professor e atualmente está como senador. Disse que visitou a região e que aqueles povos vêm sendo dizimados e que a lá a violação é latente. O conselheiro Leandro Scalabrin fez uma fala apoiando a criação de um GT para tratar do caso e o presidente também se manifestou favoravelmente. As indicações para participar do GT foram: Herbert Borges, Fabiano Contarato, Everaldo Patriota, Sandra Carvalho, Lígia P e Luana. O conselheiro Herbert Borges sugeriu que a Lígia seja relatora, ela aceitou e questionou se algum representante da Polícia Federal teria interesse em participar do GT, o conselheiro Daniel Daher disse que a Polícia Federal prefere atuar consultivamente. O presidente colocou a questão em votação. Votaram favoravelmente: Camila Lissa Assano (CONNECTAS BRASIL), Cristina de Castro (FNDC), Daniel Daher (DPF), Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM), Everaldo Bezerra Patriota (OAB), Fabiano Contarato (Senado), Herbert Borges Paes de Barros (MMFDH), Ismael José César (CUT), Marcelo Araújo (MRE), Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB), Leonardo Penafiel Pinho (UNISOL- BRASIL), Luísa de Marillac Xavier dos Passos (CNPQ), Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira (DPU), Rogério Giannini (CFP) e Sandra Carvalho (DHESCA BRASIL). O Grupo de Trabalho foi aprovado por unanimidade. A reunião começou a ser transmitida e o presidente deu as boas vindas e iniciou o primeiro ponto de pauta, a ADPF 709. Relembrou o contexto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, que a APIB solicitou que o CNDH criasse esse plano em conjunto com especialistas da Abrase e a Fiocruz. Que na última Reunião Extraordinária

foram aprovados o Grupo de Trabalho e os consultores Ad Doc. Informou que participaram de diversas reuniões, que não houve efetivo diálogo, que a Sesai praticamente não participou efetivamente desse processo. Informou que o STF se manifestou e o CNDH tem até o dia 17 de agosto para se manifestar, que ele e o conselheiro Leandro construíram uma parte do documento e no momento estão esperando as informações dos especialistas para se manifestar. E que irão incluir o material enviado pelo conselheiro senador Fabiano Contarato e que a conselheira Camilla fez uma contribuição no sentido do Direito internacional dos direitos humanos sobre as orientações e normativas internacional sobre a saúde dos povos indígenas. Sugeriu que o documento antes de ser enviado para o STF seja enviado para os e as conselheiras para votarem a aprovação ou não do documento. O presidente colocou em votação se as conselheiras e os conselheiros votem até o dia 17 de agosto até às 12h. O conselheiro Fabiano Contarato informou que em seu gabinete montaram uma equipe para a construção do documento que foi enviado e que continuam trabalhando e enviarão um novo documento complementando as informações. Votaram favoravelmente: Camila Lissa Assano (CONNECTAS BRASIL), Cristina de Castro (FNDC), Daniel Daher (DPF), Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM), Everaldo Bezerra Patriota (OAB), Fabiano Contarato (Senado), Herbert Borges Paes de Barros (MMFDH), Ismael José César (CUT), João Lucas Quental Novaes de Almeida (MRE), Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB), Leonardo Penafiel Pinho (UNISOL- BRASIL), Luísa de Marillac Xavier dos Passos (CNPQ), Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira (DPU), Rogério Giannini (CFP) e Sandra Carvalho (DHESCA BRASIL). A metodologia foi aprovada por unanimidade. O tema seguinte foi o Relato da Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade apresentada pelo Conselheiro Everaldo Patriota. Informou que os temas centrais foram a situação de pandemia, efetivação da Resolução nº 62 do CNJ, uso de armas menos letais no sistema de custódia e que a ouvidora da DEPEN informou a atuação do Departamento durante a situação de pandemia. Os encaminhamentos para deliberação de proposta Recomendação de prorrogação das medidas de prisões domiciliares em todos estados a ser destinada ao Conselho Nacional de Justiça. Oficiar ao CNJ as informações sobre o andamento da Resolução nº 62, solicitação de informações ao Conselho e oficiar o Colegiado das

secretarias de administração prisional sobre a instalação das ouvidorias de serviços penais em todos os estados. A conselheira Sandra Carvalho afirmou que tem disponibilidade para contribuir para a Recomendação sobre o uso de armas menos letais no sistema de custódia, a Justiça Global acompanha de perto a questão, têm medidas provisórias na Corte Interamericana que versam sobre essa temática e um projeto com a organização Ómega. O conselheiro Everaldo Patriota disse que acolhe e designa que a conselheira Sandra Carvalho e o Alexandre Kaiser façam um GT para a construção do documento. O presidente solicitou que a Secretaria Executiva coloque na pauta e encaminhe com antecedência ao pleno quando o documento estiver pronto. O ponto seguinte de pauta foi o relato da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos, o vice-presidente, Leonardo Pinho, falou sobre a criação de um fluxo dentro da Secretaria para organização e sistematização a respeito das demandas internacionais do CNDH, junto a Corte Interamericana e outras instâncias. Informou também sobre a atividade sobre Direitos Humanos e empresas, que acontecerá nos dias 25 e 26 de agosto a primeira consulta sobre a 1ª Consulta Nacional sobre Tratado Vinculante de Direitos Humanos e Empresas acontece nos dias 25 e 26 de agosto, que o seminário virtual é organizado pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, Centro de Direitos Humanos e Empresas – Homa /UFJF, Amigos da Terra Brasil, Fundação Friedrich Ebert - FES, Justiça Global e Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. A edição brasileira integra uma série de esforços para colher sugestões da sociedade latino-americana ao tratado, por meio de consultas e discussões como a que ocorre na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. No seminário virtual, estão previstos dois encontros das 18h às 20h. Expressou que no dia 25 será apresentado o texto do tratado; um apanhado histórico da agenda de direitos humanos e empresas e processo da proposta; apresentação dos posicionamentos da sociedade civil e do Estado brasileiro já acumulados até o momento; e um debate sobre o texto na Câmara. Disse que no dia 26, os participantes debatem a elaboração da proposta de plano de trabalho e de uma carta com recomendações a ser apresentada ao Ministério de Relações Exteriores. Em seguida a conselheira Luísa de Marillac fez o relato da Comissão Direitos da

População em Situação de Rua e disse que abriram uma Consulta Pública aberta para coletar contribuições para a proposta de Resolução sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua. E o prazo de envio de contribuições acontecerá entre os dias 31 de julho a 31 de agosto de 2020. O ponto de pauta posterior foi o relato da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão, feito pela Conselheira Cristina Castro. A conselheira informou que a Comissão enviou a Recomendação para lideranças parlamentares e que houve uma reunião com o deputado Tadeu Alencar, a Comissão está fazendo articulações sobre projeto de lei das “fake news” e tem realizado uma série de reuniões com deputados federais e outras autoridades para tratar sobre o projeto de lei n. 2.630/20, que tramita na Câmara dos Deputados. E estão tratando sobre discurso de ódio em redes sociais. Informou a proposta de realização em outubro de um seminário que tratasse de fake news e discurso de ódio e as consequências de violação de direitos humanos. Proposta que o CNDH realize uma campanha contra o discurso de ódio e encaminha a Mesa a possibilidade dessa temática ser alvo da verba do PRODOCs. Informou a solicitação de encaminhamento de convite ao ministro da Justiça e Segurança Pública, André Luiz Mendonça, para participar da 7ª Reunião Extraordinária do colegiado, marcada para o mês de setembro. Disse que o objetivo é que o ministro, cujo órgão possui assento no CNDH, possa trazer informações sobre o dossiê de servidoras/es integrantes do ‘movimento antifascismo’ e professoras/es universitárias/os, objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 722. A conselheira disse que entre as pessoas listadas no dossiê, está um membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns. A Comissão Arns tem uma parceria de cooperação com o CNDH desde a criação, no início do ano passado. Seus representantes foram inclusive recebidos em reunião do CNDH para tratar dos desafios para a agenda de fortalecimento da democracia e dos direitos humanos no país. O presidente colocou em votação o encaminhamento, votaram favoravelmente: Camila Lissa Assano (CONNECTAS BRASIL), Cristina de Castro (FNDC), Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM), Everaldo Bezerra Patriota (OAB), Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB), Leonardo Penafiel Pinho

(UNISOL- BRASIL), Luísa de Marillac Xavier dos Passos (CNPQ), Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira (DPU), Rogério Giannini (CFP) e Sandra Carvalho (DHESCA BRASIL). Votaram pela abstenção: Ailton Benedito de Souza (MPF/PFDC), Daniel Daher (DPF), João Lucas Quental Novaes de Almeida (MRE). Em seguida o conselheiro Leandro Scalabrin fez uma fala parabenizando a equipe da Secretaria Executiva do CNDH, citando nominalmente cada integrante. As novas servidoras Ana Cristina, Thaís Soboslai e Taia Duarte se apresentaram. Foi informado que a servidora Ana Cristina não passou pelo processo de entrevistas, e foi indicada pelo secretário de Proteção Global, Alexandre e as demais foram entrevistadas. O conselheiro Everaldo Patriota solicitou o registro em ata da importância dessa entrevista ter sido realizada. O conselheiro fez o relato da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários. Falou que um dos temas debatidos foi a situação de despejos, que o relator da ONU sobre o direito à moradia adequada fez um comunicado ao Brasil denunciando que mais de duas mil famílias foram despejadas durante a pandemia. Afirmou que se faz necessário atuação do governo, o INCRA, falou sobre a importância da atuação Ministério da Justiça e a situação do despejo do Acampamento Quilombo Campo Grande, MG. Informou que debateram a respeito da ADPF 790 e que a Comissão apresentará um documento solicitando que os vetos sobre o PL1142 fossem derrubados. Afirmou que a Rede Nacional de Conselhos também apresentou diversas denúncias de despejos, urbanos, rurais e de quilombolas. Apresentou o encaminhamento que o CNDH que adere a campanha Despejo Zero e a contextualizou e o O conselheiro contextualizou e leu a Nota Pública em que manifesta solidariedade e preocupação contra o pedido de instauração de processo na corregedoria do Ministério Público Federal - MPF contra quatro procuradoras/es da República pela presidência da Fundação Nacional do Índio – Funai. Explicou que uma procuradora e três procuradores assinaram conjuntamente uma petição de Ação Civil Pública na qual objetivam proteger direitos dos povos indígenas isolados e questionam possível desvio de finalidade decorrente de indicação política ao cargo de coordenador de índios isolados na Funai. Explicou que o pedido liminar foi

acolhido em primeira instância, o que demonstra a plausibilidade da ação. A Nota Pública do CNDH, abarca a denúncia apresentada pela presidência da Funai que foi arquivada e explica que merece repúdio caso tenha tido o objetivo de intimidar procuradoras/es federais, entre os/as quais, uma colaboradora do CNDH. O conselheiro expressou que um dos pilares fundamentais de uma sociedade democrática respeitadora do princípio do Estado de Direito e de uma efetiva proteção dos direitos humanos é a independência e a imparcialidade dos membros do Ministério Público, juízes e juízas e advogados e advogadas de modo que tentativas de intimidação violam as normas internacionais sobre a proteção destas atividades essenciais à justiça. E que o Conselho reconhece o trabalho de servidores/as públicos/as que atuam na defesa dos direitos dos povos indígenas e roga pelo estímulo a sua atuação. O presidente colocou em votação a aprovação da Nota. Votaram favoravelmente: Camila Lissa Assano (CONNECTAS BRASIL), Cristina de Castro (FNDC), Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM), Everaldo Bezerra Patriota (OAB), Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB), Livia Ferreira da Silva (UNALGBT), Luísa de Marillac Xavier dos Passos (CNPB), Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira (DPU), Rogério Giannini (CFP) e Sandra Carvalho (DHESCA BRASIL). Votaram pela abstenção: Ailton Benedito de Souza (MPF/PFDC), Daniel Daher (DPF) e Marcelo Araújo (MRE). Durante a votação Nota houve falta de quórum, e por sugestão do conselheiro Everaldo Patriota ficou acordado que a votação fosse retornada assim que outro conselheiro entrasse a reunião. Quando a conselheira Livia, que teve problemas técnicos de conexão, retornou a reunião expressou seu voto favorável e a nota foi aprovada por maioria dos votos. Sobre a Campanha Despejo Zero ficou encaminhado que a questão seja debatida na Mesa Diretora. O tema debatido a seguir foi o Relato da Reunião da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos com o Grupo Referência da Rede Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos, apresentado pela conselheira Eneida. Afirmou que debateram sobre a situação dos despejos e sobre a pactuação por parte dos estados da Resolução nº 10 do CNDH, a contextualização e informações sobre reunião com o INCRA ocorrida no Pará, o encaminhamento a publicação de Notas Técnicas e Conjuntas da Rede Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos e o CNDH a respeito de democracia e participação e outra contra

feminicídio. A conselheira fez a leitura Nota Técnica e falou sobre o encaminhamento de indicação dos conselheiros para compor o GT “Denúncias: Rede e CNDH”, após debates ficou encaminhado os nomes da conselheira Eneida Santos, Cristiane Faustino, Inácio e que a Mesa Diretora debaterá a respeito da indicação de um nome. O presidente colocou em votação Nota conjunta sobre temas estratégicos a ser assinada por todos os Conselhos de Direitos Humanos: Nota Técnica 1: Retrocessos na participação democrática e indicação dos conselheiros para compor o GT Denúncias: Rede e CNDH. Votaram favoravelmente: Camila Lissa Assano (CONNECTAS BRASIL), Cristina de Castro (FNDC), Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM), Everaldo Bezerra Patriota (OAB), Ismael José César (CUT), Ieda Leal (MNU), Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB), Leonardo Penafiel Pinho (UNISOL- BRASIL), Luísa de Marillac Xavier dos Passos (CNPQ), Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira (DPU), Rogério Giannini (CFP) e Sandra Carvalho (DHESCA BRASIL). Votou pela abstenção: Daniel Daher (DPF) e Marcelo Araújo (MRE). A Nota Técnica foi aprovada por maioria. Ficou pactuado após debates que se em processo de votação houver falta de quórum mas havia algum integrante do Conselho que participou do debate da questão e teve problemas técnicos, a votação será parada e retornará quando esta pessoa voltar e esta expressará seu voto. A conselheira Ieda Leal fez o Relato da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo, expressou que um dos temas abordados foi o Funcionamento de Usinas Nucleares e o impacto em comunidades tradicionais e a importância de um estudo a respeito. Na temática LGBTQI+, a importância de diálogo com o STF sobre a criminalização da homofobia e a evasão e pessoas trans na rede de ensino. Informou que houve debates sobre o PNDH-3 e denúncias de Violações de direitos humanos no Quilombo engenho da ponte na Bahia, apresentado pela Maria da Conceição Abade da Silva e e na Floresta Sagrada Alto de Xangô, apresentada pelo Pai Jhonatan. A conselheira Ieda falou sobre sua atividade participando conjunto ao Conselho Nacional de Justiça e a criação do Grupo de Trabalho do CNJ que tratará sobre questões raciais. O conselheiro Ismael expressou que na Comissão Permanente ao Direito ao Trabalho

debateram sobre a preocupação em relação ao retorno às aulas e que haverá uma proposta de Nota a respeito. O conselheiro Everaldo Patriota fez a indicação de que o Pedro Casaldáliga seja o homenageado na próxima Reunião Extraordinária do CNDH, o que foi apoiado pelo presidente. A conselheira Cristina Castro e a conselheira Ieda Leal falaram sobre o contexto atual da SEPIR e solicitaram o envio de um ofício ao MMFDH solicitando informações sobre a composição da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial - SEPIR, o que foi acordado pelo pleno. Não havendo mais pautas de debate o presidente, Renan Sotto agradeceu e encerrou a 6ª Reunião Extraordinária do CNDH.